

IR ganha força no Brasil e no mundo

Em 2013, teve início na Europa um movimento global, a partir de uma aliança entre reguladores, investidores, empresas, profissionais do setor contábil e ONGs, para promover a integração entre as informações financeiras, não financeiras e de governança em relatórios corporativos – Relato Integrado (IR).

“O objetivo era atender ao anseio dos públicos de interesse por uma maior conectividade entre as informações disponibilizadas pelas empresas em seus relatórios”, lembra Leonardo Dutra, coordenador do GT Multidisciplinar do Ibracon, criado para tratar de temas como sustentabilidade, Relato Integrado, balanço social, efeito estufa, entre outros assuntos relacionados.

Desde então, o Ibracon acompanha de perto esse movimento, liderado pelo International Integrated Reporting Council (IIRC), que culminou com o lançamento de um framework e a criação de um projeto-piloto em 2013.

“De lá para cá, muita coisa mudou. Mais de 100 organizações mundiais, sendo 12 brasileiras, aderiram aos preceitos do IR”, afirma Leonardo Dutra, destacando o programa Relate ou Explique, da Bolsa de Valores, mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa), que exige que as empresas listadas informem se publicam Relatório de Sustentabilidade ou Integrado e onde ele está disponível.

“De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), o Brasil foi o terceiro país em número de empresas engajadas nessa etapa”, completa Dutra.

O coordenador do GT Multidisciplinar do Ibracon fez um levantamento dos progressos obtidos por outras nações. “Após a fase do programa piloto, nota-se que iniciativas locais em determinados países ou blocos têm ganhado força. Com destaque para a Europa e Américas”, revela ele.

Mapa da aderência

Na Europa, mais de 800 empresas já publicam seus relatórios considerando os conceitos do IR. No continente há diversas iniciativas, compulsórias e voluntárias.

Entre elas, uma diretiva aprovada pelo Parlamento Europeu, exige que cerca de 6 mil entidades europeias de interesse público, com mais de 500 empregados, relatem informações relacionadas às questões ambientais, sociais, patronais, de direitos humanos, corrupção e suborno nos seus relatórios de gestão.

Na Alemanha, empresas e investidores trocam experiências regularmente. A Deutsche Börse Group foi a primeira bolsa de valores a se envolver no tema. Na França, aproximadamente 20 empresas do CAC40 (índice de mercado de ações francês), estão fortemente comprometidas com o desenvolvimento do IR desde 2011. No Reino Unido são realizadas reuniões regulares para discutir sua implementação no contexto da exigência no país por um relatório estratégico.

“Algumas empresas na área de tecnologia também analisam como a tecnologia pode apoiar as novas tendências de informação corporativa, especificamente a adoção global do IR”, afirma Leonardo Dutra.

Destaque

O levantamento realizado por Leonardo Dutra mostra que a África do Sul se destaca pelas boas práticas de sustentabilidade e relatos integrados.

Em 2009, com o código voluntário King Code of Governance Principles, o país reconheceu a importância de incorporar aspectos de sustentabilidade, inovação e transformação social na agenda da governança corporativa de suas empresas. A adesão ao código é voluntária para todas as organizações do país e obrigatória para aquelas listadas na bolsa de valores de Johanesburgo (JSE).

Desde 2010 a JSE exige que as empresas listadas divulguem seus relatórios anuais contábeis e de sustentabilidade no formato de relatos integrados e seguindo o conceito Relate ou Explique, tendo sido a primeira bolsa de valores do mundo a incentivar a discussão sobre relatos integrados.

“Quando comparada a mercados emergentes, a JSE já havia sido pioneira entre as bolsas de valores a introduzir índices de sustentabilidade para as companhias listadas com aspectos ambientais, sociais e de governança na tomada de decisão dos investidores”, afirma o coordenador do GT Multidisciplinar do Ibracon.

Outras iniciativas

Leonardo Dutra destaca exemplos importantes e uma notória tendência de expansão e desenvolvimento do IR na Ásia.

“A publicação de relatos integrados no bloco asiático já chega a 20 organizações. De acordo com o IIRC, estimativas apontam que por volta de 180 organizações japonesas já estão caminhando para a adoção do Relato Integrado. Nos demais países asiáticos, embora ainda não tenham sido adotadas políticas ou exigências formais, é possível observar movimentos nacionais na busca por maior transparência e sustentabilidade nos negócios”, diz Dutra.

Na Índia, a publicação de um Business Responsibility Report é obrigatória para as cem maiores empresas listadas em sua bolsa de valores. O Oriente Médio também adota leis e ações que demandam a gestão e reporte de indicadores relacionados às questões ambientais e de saúde e segurança. “Diante desse cenário, é possível afirmar que a Ásia e o Oriente Médio apresentam um ambiente de muitos desafios e oportunidades de desenvolvimento em relação ao Relato Integrado”, explica Leonardo Dutra.

Segundo ele, há também boa receptividade em relação ao conceito proposto pelo framework do Relato Integrado em grande parte das empresas da Oceania. E, na Austrália, o Corporation Act, sancionado em 2001, definiu que empresas listadas, públicas, de grande porte e determinadas empresas de pequeno porte devem incluir informações referentes à conformidade com leis e requisitos ambientais em seus relatórios anuais.

O New Zealand Financial Reporting Act, sancionado em 2013, estabeleceu as diretrizes para elaboração de relatórios contábeis pelas organizações na Nova Zelândia.

Novo mundo

No Canadá, três empresas participaram do projeto-piloto do IR. “As informações do IIRC dão conta de que, nos Estados Unidos, aproximadamente 500 empresas fizeram pelo menos uma publicação relacionada à sustentabilidade, mas apenas sete fizeram este relato em forma de Relato Integrado, conforme dados de 2013”, diz Dutra.

Segundo ele, um dos motivos é que as empresas hesitam em fazer declarações sobre previsões de desempenho futuro por temerem litígios e provavelmente grande parte delas somente relataria se houvesse alguma obrigação. “De fato, as empresas americanas só irão se envolver quando acreditarem que a maioria dos investidores, ou de outros stakeholders, passem a exigir o Relato Integrado”, analisa o coordenador do GT Multidisciplinar do Ibracon.

Sobrevivência dos negócios

Lembrando que, em agosto, a 5ª Seção Regional do Ibracon e o GT Multidisciplinar da Nacional realizaram um importante workshop sobre o assunto, Leonardo Dutra avalia que todos os presentes destacaram que as organizações têm considerado a responsabilidade socioambiental como uma importante diretriz para definir as estratégias corporativas, sendo de extrema importância para a sobrevivência dos negócios.

O workshop Riscos e oportunidades associados a informações não financeiras – A importância para os auditores independentes discutiu, entre outros temas, passivos ambientais e provisionamento contábil.

Dutra, que é diretor de Sustentabilidade da EY, foi um dos palestrantes, ao lado de Ângela Leonina dos Santos Castro, sócia de Business Process Solutions da Deloitte, e Wiliam Calegari de Sousa, sócio de Impostos da KPMG.

Fonte: [Ibracon](#), em 29.01.2016.